

O PRINCÍPIO DA SUBSTITUTIVIDADE SALVA VERITATE E MÔNADAS, ATRIBUTOS, ACIDENTES E RELAÇÕES²¹⁶

Hidé Ishiguro

Tradução: William de Siqueira Piauí e Rayane Ribeiro dos Santos²¹⁷

O PRINCÍPIO DA SUBSTITUTIVIDADE SALVA VERITATE

Conceitos e capacidades

Nesta altura, é provavelmente importante esclarecer o que Leibniz entende por conceito. Já vimos [nos capítulos anteriores do livro] três características importantes dos conceitos: nomeadamente, que a sua relação entre si é “explicada através de proposições ou verdades”, que a sua identidade é dada pelo princípio *salva veritate* e que conceitos idênticos podem ser expressos por expressões não-sinônimas. Mas quais são os tipos de coisas que satisfazem estas condições?

Leibniz não faz a distinção, feita por muitos empiristas, entre conceitos ou noções, de um lado, e ideias, de outro. Para ele, as ideias não são imagens mentais ou sensações. Kant não tem razão em criticar Leibniz por não fazer a distinção entre o sensível e o inteligível e por tratar o primeiro como uma forma confusa do segundo (*Crítica da razão pura*, B 62). Para Leibniz, a ideia de vermelho não é uma imagem mental do vermelho: é uma noção que corresponde a uma capacidade intelectual, tal como a noção de justiça. E assim a palavra “noção” pode ser aplicada “a todos os tipos de ideias ou concepções, tanto às originais como às derivadas”.²¹⁸

²¹⁶ Como se verá a seguir, a tradução se refere às seções 3 do capítulo II e 6 do capítulo VII do livro de ISHIGURO, H. *Leibniz's Philosophy of Logic and Language* (Segunda edição, Cambridge University Press, 1990), o qual a primeira edição data de 1972 (N.T.).

²¹⁷ PIAUÍ, W. S. (e-mail: piauiusp@gmail.com), doutor em filosofia pela Universidade de São Paulo e atualmente professor do Programa de Pós Graduação em Filosofia e do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Sergipe, coordenador do GEFILUFS, e SANTOS, Rayane R. (e-mail: rayribeiro@academico.ufs.br), mestranda pela Universidade Federal de Sergipe e membro do GEFILUFS (N.T.).

²¹⁸ Carta a Bernouilli, 23 de agosto de 1696, *G. Math.* 3, p. 321: “*Unum addo multum apud me interesse inter haec duo; in dubium vocare propositionem et demonstrationem ejus expectere...*” (Deixem-me acrescentar uma coisa, de Manny que me interessa. Uma coisa é duvidar de uma proposição, outra coisa é esperar uma prova da mesma...)

Numa obra anterior, Leibniz afirmava que uma ideia é algo que está na nossa mente.²¹⁹ As ideias ou conceitos não devem, contudo, ser confundidos com atos mentais particulares de pensamento ou com quaisquer acontecimentos mentais. Pode dizer-se que eu tenho um e o mesmo conceito que se expressa em diferentes atos de pensamento e, presumivelmente, diferentes pessoas podem ter o mesmo conceito. Pode dizer-se que “temos uma ideia de uma coisa mesmo que não estejamos a pensar nela”.²²⁰ Por estas razões, Leibniz nega que as ideias possam ser vestígios de impressões cerebrais ou alguma substância etérea no cérebro, nem qualquer propriedade estrutural do cérebro, que nos permita ter tais pensamentos.

Isto leva-o a pensar que ter um conceito ou uma ideia é mais bem descrito como uma faculdade ou capacidade de um homem. No entanto, Leibniz percebe que ter uma ideia ou um conceito de *C* não pode ser adequadamente descrito como a faculdade que eventualmente permite pensar em *C* ou identificar um *C*. Se assim fosse, eu teria sempre todas as ideias que alguma vez usaria, enquanto Leibniz quer dizer que, quando percorro as secções de um cone por ordem, “estou destinado a encontrar um par de hipérbolos, embora até o fazer possa não ter qualquer ideia delas”²²¹. Assim, enquanto a pessoa não se deparasse com as hipérbolos e não visse como distingui-las das outras secções cónicas, Leibniz não lhe concederia a ideia de uma hipérbole, embora tivesse a faculdade de a descobrir.

O que é que me distingue quando ainda não tenho o conceito de hipérbole e quando o tenho? No meu estado posterior, “deve haver algo em mim que não só leva à coisa, mas também a exprime”.²²² Assim, quando tenho um conceito de hipérbole, tenho de ter o poder de usar uma expressão para uma hipérbole. A afirmação de Leibniz de que “tenho algo em mim” que leva a uma hipérbole não significa que há uma imagem mental na minha mente que me guia para uma hipérbole, mas sim que tenho uma capacidade em mim para aprender a identificar hipérbolos.

²¹⁹ Por exemplo, Fred Feldman, numa recensão da primeira edição deste livro no *International Philosophical Quarterly*, junho de 1974, p. 246-9, escreveu que, uma vez que “Ishiguro não menciona em lado nenhum quaisquer restrições sobre o que deve ser considerado uma paráfrase”, surgiria a seguinte dificuldade: “Suponhamos que alguém afirma que ‘x é uma entidade’ exprime um conceito simples. Podemos dizer que isso é logicamente equivalente a ‘x é uma entidade pensante ou x é uma entidade não pensante’... Portanto, nenhuma palavra exprime um conceito simples”. Estas são, de facto, frases logicamente equivalentes, mas não, creio eu, paráfrases, ou “definição” no sentido de Leibniz. O Professor Feldman está errado ao sugerir que eu penso que todas as palavras a que chamo simples — i.e. palavras cujo significado não é determinado pelo significado das suas partes — exprimem conceitos simples. É óbvio que algumas palavras simples exprimem conceitos muito complexos. (Estava apenas a sugerir que, no caso das palavras simples, quer exprimam conceitos simples ou complexos, a sinonímia e a identidade de conceitos podem vir juntas).

²²⁰ *Termini Simpliciores*, 1680-84: Grua2, p. 542.

²²¹ Yost, *Leibniz's Philosophical Analysis*, p. 181.

²²² Carta à duquesa Sophie, c. 1680, *G. Phil.* 4, p. 296.

Do mesmo modo, a sua afirmação de que “há algo em mim que exprime uma hipérbole” deve significar que tenho a capacidade em mim de exprimir verdades sobre hipérbolés, por exemplo, numa linguagem ou em gráficos. Por expressão, a que Leibniz também chama representação, Leibniz não se refere necessariamente a uma imagem. Coisas como máquinas podem ser expressas por números, figuras podem ser expressas por equações algébricas. Assim, ter uma expressão de uma hipérbole é ter uma frase sobre, ou uma equação de, ou um gráfico de, uma hipérbole. Tê-las na mente não é transportá-las como imagens, mas ter a disposição de usar ou ver essas palavras, mapas, equações etc., como expressões das verdades, paisagens, figuras correspondentes. Ter uma ideia ou conceito *C* é, portanto, ter uma disposição para usar ou compreender expressões de *C*.

Mas será que a utilização de qualquer expressão corresponde à posse de um conceito? Parece que não. Porque as expressões têm de ser capazes de exprimir proposições — algo verdadeiro ou falso — ou têm de ser capazes de exprimir constituintes de proposições. Ter um conceito é compreender, ou dominar o uso de expressões que exprimem o que é verdadeiro ou falso (ou expressões que combinadas com outras expressões do seu gênero exprimem o que é verdadeiro ou falso). Por exemplo, o fato de um papagaio proferir palavras de forma regular não é um caso de partilhar “uma expressão na mente” ou de ter uma disposição para usar expressões. As palavras são expressões de pensamentos para os homens que compreendem as convenções que as regem, mas para os papagaios não são expressões. São meras cadeias de sons, e essas cadeias de sons são, por acaso, expressões de pensamentos para os homens. A capacidade de usar expressões pressupõe a capacidade de ver, ou ouvir, expressões como expressões de algo.

Na sua obra posterior *Novos ensaios sobre o entendimento humano*, Leibniz escreve que as ideias ou conceitos são possíveis,²²³ e que são objetos internos do pensamento.²²⁴ No entanto, tê-las não é ter um estado mental particular ou um ato. É ter uma disposição ou capacidade para

²²³ “*L’Art d’inventer*”, Maxime no. 5 bis, G. Phil. 7. p. 83-4: “*Il est très difficile de venir à bout de l’analyse de choses, mais il n’est pas si difficile d’achever l’analyse de vérités dont on a besoin. Parce que l’analyse d’une vérité est achevée quand on en a trouvé la démonstration, et il n’est pas toujours nécessaire d’achever l’analyse du sujet ou predicat pour trouver la démonstration de la proposition.*”

²²⁴ “*Na vero unquam ab hominibus perfecta institui possit analysis notionum, sive an ad prima possibilitia, ac notiones irresolubiles, sive (quod eodem redit) ipsa absoluta Attributa DEI, nempe causas primas, atque ultimam rerum rationem, cogitationes suas reducere possint, nunc quidem definire non ausim.*” *Meditationes de Cognitione*, 1684, G. Phil. 4. P. 425.

pensar sobre eles. Este foi, de fato, o seu principal ponto de discórdia em relação ao argumento de Locke para a negação das ideias inatas.

Frege disse: “Chamo pensamento a algo para o qual se coloca a questão da verdade.”²²⁵ Um conceito para Leibniz seria algo para o qual a questão da verdade se coloca, ou que se combina com outros conceitos para se tornar algo para o qual a questão da verdade se coloca. Leibniz não fez a distinção entre *Sinn* [Sentido] e *Bedeutung* [Referência] para as palavras conceito como Frege fez, mas apercebemo-nos que a distinção de Frege não era tão clara e convincente como alguns pensaram.

A originalidade da visão de Leibniz sobre os conceitos é tê-la discutido com referência à capacidade de usar expressões. Assim, de acordo com Leibniz, a identidade dos conceitos nunca pode ser discutida sem se referir às expressões — sejam frases escritas ou gestos humanos — que vemos como expressando esses conceitos.

MÔNADAS, ATRIBUTOS, ACIDENTES E RELAÇÕES

Reificação das relações

Isto leva-me à quarta tese leibniziana sobre atributos e relações, a que chamarei a tese nominalista. É a tese de que a nossa noção de relação é uma abstração dos fatos relacionais relativos às coisas ou à ordem e conexão das coisas (tal como a nossa noção de cor é uma abstração das coisas coloridas). As relações são entidades abstratas feitas por abstração. A tese nominalista é uma tese sobre a diferença entre fatos relacionais ou propriedades, por um lado, e relações como entidades criadas por reificação, por outro. *Não* é uma tese sobre a distinção entre propriedades relacionais e não relacionais.

Leibniz defende a sua posição com algum pormenor no que diz respeito à noção de lugar. Como é que nos referimos aos lugares e os individualizamos?

Consideram que muitas coisas existem ao mesmo tempo e observam nelas uma certa ordem de coexistência... Quando acontece que uma das coisas coexistentes muda a sua relação com uma multidão de outras que não mudam a sua relação entre si: e que

²²⁵ “General Inquiries about the Analysis of Concepts and Truths”, 1686. Parkinson, LLP, p. 76; Couturat, OFI, p.387.

uma coisa, recém-chegada, adquire a mesma relação com as outras que a primeira tinha; dizemos então que ela entrou no lugar da primeira.²²⁶

Assim, o conceito de lugar ou de uma posição espacial particular, e em geral qualquer conceito de relação, é obtido por abstração da consideração de coisas que têm certas relações entre si. Quando nos referimos a uma relação, estamos a referir-nos a uma entidade abstrata — àquilo a que Leibniz chama *ens rationis*. Ao falar destes ‘entes da razão’ (entes ideais), não se está necessariamente a falar de objetos fictícios como centauros ou objetos construídos arbitrariamente, ou objetos imaginários como o número de todos os números.

Embora as relações sejam do entendimento, elas não são infundadas ou irreais. Pois o entendimento divino é a origem das coisas e mesmo a realidade de todas as coisas, substâncias simples esperadas, consiste no fato de a percepção dos fenômenos se fundar em substâncias simples.²²⁷

Leibniz escreve mesmo que preferiria chamar aos objetos fictícios impossíveis (distintos das entidades ideais propriamente ditas) *êtres de raison non raisonnantes*.²²⁸ Mas embora as relações não sejam fictícias, são construções mentais e podem receber uma definição contextual; as frases que se referem a elas podem ser reduzidas a frases em que as constantes individuais se referem apenas a substâncias.

Para Leibniz, o que realmente existe como constituintes básicos do mundo são substâncias individuais. No mundo objetivo que percebemos, i.e., no mundo dos *phenomena bene fundata*, identificamos e referimo-nos a substâncias corpóreas; i.e., coisas individuais que aprendemos a identificar e re-identificar no mundo espaço temporal. Todas as outras coisas a que nos referimos quando falamos do mundo, sejam relações ou qualidades, são apenas entidades criadas pela nossa abstração do fato de as coisas ou os fenômenos que percebemos terem essas propriedades. De acordo com Leibniz, os nominalistas (seguindo Ockham) “deduziram a regra de que tudo no mundo pode ser explicado sem qualquer referência a universais e formas reais”. Leibniz concorda que “nada é mais verdadeiro do que esta opinião” e, desde muito cedo até o fim da sua carreira, não mudou a sua posição. “Porque as coisas concretas, mas os modos das coisas, são realmente coisas; as abstrações não são coisas, mas modos das coisas. Os modos geralmente não são mais do que a relação de uma coisa com o

²²⁶ *A Correspondência Leibniz-Clarke*, quinta carta, § 47, G. Phil.7, p. 400. Tradução inglesa de H. Alexander (Manchester, 1956).

²²⁷ NE, Livro 2, Capítulo 12, § 5, p. 145.

²²⁸ *Teodiceia* 26, G. Phil. § 6, p. 432.

entendimento”²²⁹ (1670) e novamente: “Todo o acidente é uma espécie de abstração; só a substância é concreta”²³⁰ (1712). Assim, quando nos referimos a relações, como quando, segundo Leibniz, nos referimos a lugares ou a razões, estamos a referir-nos a *entia rationis*. (Ele pensava que “números, unidades, fracções” também dependiam da mente para a sua existência e, portanto, tinham “a natureza de relações (1706).”²³¹ Isto aplica-se a todas as relações, e não apenas a certas relações que foram arbitrariamente determinadas pelo pensamento humano. Pois embora Leibniz tenha distinguido entre relações que se mantêm entre as coisas devido à regularidade da natureza e relações que surgem por convenção ou *agrément* [agregação], como a que se mantêm entre o comandante de um exército e os seus homens, não é desta beleza convencional que ele está falando quando afirma repetidamente que as relações são seres de razão. Parece antes estar dizendo que, apesar de podermos quantificar o referente das relações, não estamos nos referindo a entidades que são os constituintes básicos do mundo, tal como o são as substâncias individuais.²³²

Mas, como já referi, ao subscrever esta tese nominalista, Leibniz *não* está lançando qualquer dúvida sobre a realidade ou irreducibilidade dos fatos relacionais ou das propriedades relacionais em geral. Como referi no Capítulo III [do meu livro], em um artigo Leibniz tenta enumerar os conceitos mais básicos a partir dos quais todos os outros conceitos podem ser definidos. Entre estes conceitos, que para ele não são todos analisáveis e, portanto, são relativamente os mais básicos, encontram-se ‘agir sobre’, ‘agido sobre’, ‘sucessor’, ‘anterior’, ‘posterior’.²³³

²²⁹ *De Stylo Nizolii*, G. Phil. 4, p. 147; Loemker, p. 128. [O texto *De Stylo Nizolii* foi estudado nas reuniões do GEFILUFS e se encontra traduzido, cf. LEIBNIZ, G. W. *Dissertação sobre o estilo filosófico de Mário Nizólio* (1670). Tradução de Húbson Canuto. São Cristóvão. *O Manguenzal – Revista de Filosofia*, v. 2, n.9, pp. 49-96, 2021. Valeria a pena comparar com a leitura de Benson Mates, que virá a seguir, e com a de Francesco Barone que virá três textos à frente (N.E.).]

²³⁰ Carta a Des Bosses, 20 de setembro de 1712, G. Phil. 2, p. 458, Loemker, p. 605.

²³¹ Gottfried Martin sugere isto na *Lógica e Metafísica de Leibniz*, § 30

²³² Há uma passagem na *Teodiceia*, § 32, onde Leibniz escreve que há uma distinção real entre a substância e as suas modificações ou acidentes. Mas é claro que Leibniz não está a afirmar aqui que as modificações ou acidentes são entidades que têm existência independente. Ele está a avisar contra o tipo de erro que, por exemplo, Russell iria cometer quando escreveu que, de acordo com Leibniz, uma substância era a soma dos seus predicados. A doutrina de Leibniz é que se um conjunto de predicados é verdadeiro para uma substância, o conjunto define-a. A substância nunca é idêntica à soma. A substância nunca é idêntica à soma dos acidentes; ela tem os acidentes. Os acidentes ou universais não podem existir por si mesmos como entidades particulares — nem mesmo como uma coleção. Um conjunto de universais não seria uma Entidade. Seria, no máximo, um universal complexo sob o qual os particulares podem cair.

²³³ *Grua* 2, p. 542. Ver Hidé Ishiguro, “Leibniz’s denial of the reality of space and time,” *Annals of the Japan Association for Philosophy of Science*, vol.3, no. 2 (março de 1967).

Vimos nas secções anteriores [do meu livro] que as proposições em que o sujeito é uma relação podem ser reduzidas a um conjunto de proposições em que os predicados relacionais são atribuídos a indivíduos. Vemos agora que as proposições em que ocorrem predicados relacionais nem sempre podem ser reduzidas a proposições em que não ocorrem tais predicados. Porque, embora as propriedades relacionais não sejam coisas que existam para além das substâncias, elas são reais. A sua realidade consiste na modificação de substâncias individuais e na harmonia ou acordo entre elas.

Antes de deixar a Tese Nominalista, permitam-me referir a passagem bastante confusa da carta de Leibniz a Clarke,²³⁴ que mencionei brevemente antes [, em uma outra parte do meu livro,] e que é citada pela maioria dos que atribuíram a tese reducionista a Leibniz.²³⁵

A razão ou proposição entre duas linhas L e M pode ser concebida de três formas diferentes: como uma razão entre o maior L e o menor M ; como uma razão entre o menor M e o maior L ; e, por último, como algo abstrato de ambos, isto é, como a razão entre L e M , sem considerar qual é o antecedente, ou qual o consequente; qual o sujeito, e qual o objeto... No primeiro modo de os considerar, L , o maior, no segundo, M , o menor, é o sujeito desse acidente a que os filósofos chamam relação. Mas, qual deles será o sujeito na terceira maneira de os considerar? Não se pode dizer que ambos, L e M , são o sujeito de tal acidente; pois se assim fosse, teríamos um acidente em dois sujeitos, com uma perna num, e a outra no outro; o que é contrário à noção de acidentes. Portanto, devemos dizer que esta relação, nesta terceira maneira de a considerar, está de fato fora dos sujeitos; mas não sendo nem uma substância, nem um acidente, deve ser uma mera coisa ideal, cuja consideração é, no entanto, útil.

Leibniz não esclarece aqui o porquê é que há algo de contraditório no facto de os acidentes terem dois sujeitos. Ele próprio define frequentemente as relações como acidentes em múltiplos sujeitos, como acabámos de ver na secção anterior. De acordo com Leibniz, um acidente é algo real que, no entanto, não tem existência para além da substância em que se insere. Mas como a noção de ‘inerência’ não é uma noção espacial para Leibniz e como “ f inere em a ” significa apenas que o conceito de f é uma parte da noção do sujeito a ,²³⁶ não há razão para que um acidente não possa inerir em dois sujeitos — isto é, não há razão para que não diga respeito a duas substâncias. (De facto, algumas das suas teorias pressupõem implicitamente a noção de predicados de muitos lugares). Mas a sua mensagem principal é clara. Ele acredita que não há qualquer dificuldade em atribuir o tipo de “acidente a que os filósofos chamaram relação” ou propriedades relacionais a sujeitos individuais. Podemos dizer de M , por exemplo,

²³⁴ Quinta carta a Clarke, § 47.

²³⁵ Por exemplo, Russell, Rescher, Parkinson.

²³⁶ Não fui claro ao exprimir este ponto na primeira edição. A observação crítica feita pelo Dr. Hans Burkhardt na sua *Logik and Semiotik in der Philosophie von Leibniz*, p.406, fez-me tomar consciência disso e corrigir a expressão. Fora do meu pensamento.

que uma coisa ideal é uma certa razão que encontramos entre M e L e que consideramos como um objeto abstrato M/L , mas que podemos encontrar entre muitas outras linhas ou magnitudes diferentes. Não é a propriedade relacional que uma determinada linha tem que é ideal.

Como Russell salientou, e como Leibniz parece ter percebido de uma forma confusa, há naturalmente uma dificuldade especial em tratar o que é expresso por uma função proposicional com duas ou mais variáveis livres como um acidente com dois ou mais sujeitos. Porque se a relação é assimétrica, então a direção da relação torna-se relevante. A ordem a partir da qual se consideram os diferentes sujeitos face à relação é importante. E é por isso que as proposições relacionais têm tipos especiais de implicação que uma lógica baseada inteiramente na análise das proposições apenas em um sujeito e um predicado monádico não consegue dar conta.